

## Avaliação Externa do Programa Escolhas – 2.<sup>a</sup> Geração *Alguns desafios teórico-metodológicos*

Isabel Duarte (coord.) \*

Cristina Roldão \*\*

João Manuel Nogueira \*\*\*

Sónia Costa \*\*\*\*

**R**esumo: O presente artigo resulta de um processo de avaliação externa do Programa Escolhas 2.<sup>a</sup> Geração desenvolvido pelo Centro de Estudos Territoriais (CET/ISCTE) entre Dezembro de 2005 e Junho de 2007. Mais do que descrever o processo avaliativo e apresentar resultados pretende-se reflectir sobre aspectos particulares do Programa e questionamentos suscitados pela avaliação desenvolvida. A qualidade global do Programa colocou, naturalmente, um desafio adicional à avaliação externa, atravessada por um elevado número de questões e interrogações relativamente ao seu objecto: exclusão infanto-juvenil e equidade territorial na distribuição dos recursos; especificidade das metodologias participativas com crianças e jovens; avaliação de componentes Web no contexto de sistemas de monitorização e avaliação e de informação e comunicação, são alguns dos temas que desafiaram a equipa de avaliação, cuja reflexão aqui se partilha.

*Palavras-chave: Avaliação; Exclusão infanto-juvenil; Metodologias participativas.*

### Introdução

O presente artigo resulta de um processo de avaliação externa<sup>1 e 2</sup> do Programa Escolhas 2.<sup>a</sup> Geração<sup>3</sup> desenvolvido pelo Centro de Estudos Territoriais (CET/ISCTE) entre Dezembro de 2005 e Junho de 2007. Esta resenha não pretende ser um documento descritivo do processo de avaliação externa e dos seus resultados, mas um espaço de discussão de alguns elementos que se revelaram particularmente desafiantes para a equipa de avaliação.

O Programa Escolhas 2.<sup>a</sup> Geração (2004-2006) surge enquanto resposta de continuidade ao Programa Escolhas (2001-2004) – Programa de Prevenção da Criminalidade e de Inserção dos Jovens dos Bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. Na sua segunda edição, o Programa abrangeu projectos distribuídos por Portugal Continental e Regiões Autónomas e visou a inclusão e integração de crianças e jovens de contextos socioeconómicos desfavorecidos e vulneráveis, através de 4 medidas fundamentais: Promoção da Inclusão Escolar e Formação Profissional;

\* Socióloga, investigadora do CET. Contacto: isabel.duarte@iscte.pt.

\*\* Socióloga, colaboradora do CET. Contacto: cristinaroldao1@gmail.com.

\*\*\* Tecnólogo, colaborador do CET. Contacto: joao.manuel.nogueira@gmail.com | <http://jnogueira.com>.

\*\*\*\* Socióloga, colaboradora do CET. Contacto: soniaitcosta@gmail.com.

<sup>1</sup> A equipa de avaliação contou, na primeira fase, com o excelente contributo de Luís Soares e de Joana Afonso. Ao longo do processo a equipa contou, ainda, com a consultoria insubstituível dos Professores Isabel Guerra, José Manuel Henriques e Madalena Matos.

<sup>2</sup> É devido, um agradecimento a todos os interlocutores envolvidos neste trabalho: a todas as crianças e jovens que participaram – de forma mais ou menos directa – nos diferentes momentos de recolha de informação; aos consórcios, organizações promotoras e gestoras, às equipas técnicas dos projectos – coordenadores, técnicos, monitores CID, monitores de actividades, mediadores; aos coordenadores de zona do Escolhas 2.<sup>a</sup> Geração e à restante equipa técnica central; e, por último, uma referência particular ao Senhor Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Dr. Rui Marques, pela confiança em nós depositada, pelo incentivo e apoio permanentes, pela forma extraordinariamente correcta com que conosco partilhou o seu papel de coordenador de um Programa em avaliação.

<sup>3</sup> Relatório Final de Avaliação Externa do Programa Escolhas 2.<sup>a</sup> Geração, Lisboa, disponível em: <http://www.programaescolhas.pt>

Ocupação dos Tempos livres e Participação Comunitária; Plena Integração na Sociedade, dirigida especificamente a filhos e familiares de imigrantes e minoria étnicas; Inclusão Digital das crianças e jovens envolvidos nos projectos e formação e enquadramento de técnicos para a criação de CIDs (Centros de Inclusão Digital).

A partir da combinação de uma “bateria de critérios tradicionais de avaliação” com uma análise sistémica do programa, o processo de avaliação defrontou-se com a necessidade de construir ou procurar ferramentas próprias para a observação de determinados elementos que pela sua complexidade e/ou inovação se apresentavam inicialmente mais ou menos inacessíveis. O presente artigo dá conta de algumas das ferramentas concebidas, bem como da análise resultante do levantamento e sistematização de bibliografia temática, ainda pouco referenciada na intervenção e avaliação de projectos e programas com a incidência social do Escolhas:

- A inexistência de um estudo de base sobre os fenómenos de exclusão infanto-juvenil em Portugal, colocou alguns problemas ao nível da avaliação de questões como a pertinência empírica da intervenção e a equidade territorial na distribuição dos recursos do programa, dificultando assim, o apoio à tomada de decisão política central e local. Neste sentido a equipa ensaiou a construção e aplicação de um índice de risco de exclusão infanto-juvenil;
- A necessidade de um maior investimento por parte do Programa e por parte do campo da avaliação de programas e projectos numa cultura e metodologias de participação de crianças e jovens, impôs à equipa de avaliação uma pesquisa bibliográfica alargada e a sistematização de algumas questões estratégicas neste domínio;

- A forte e inovadora aposta do programa, ao nível dos sistemas de monitorização (a plataforma AGIL), de formação (em regime de b-Learning) e de comunicação (website Escolhas e revista *Escolhas*, entre outras iniciativas) obrigou a um investimento elevado por parte da avaliação externa na procura de ferramentas, fora do “campo da avaliação tradicional” de projectos e programas, que permitissem a análise e a avaliação das componentes Web do Programa.

### **Enquadramento e desenho metodológico da avaliação**

A avaliação deste Programa procurou realizar uma análise sistémica, baseada numa metodologia de análise caracterizada por compreender um determinado enquadramento cultural, social e organizacional enquanto sistema, isto é, como um dispositivo formado por um conjunto de variáveis interdependentes. A análise de sistemas possui diferentes usos no âmbito de um processo de avaliação. Tipicamente, ela debruça-se sobre um ou mais dos sistemas que compõem um programa, projecto ou intervenção: o sistema de comunicação, o sistema de informação, o sistema de monitorização e avaliação, entre outros<sup>4</sup>.

Analiticamente, a abordagem sistémica constitui um complemento particularmente interessante para processos avaliativos. Isto na medida em que permite detectar e colmatar lacunas na tradicional análise dos chamados critérios fundamentais de avaliação (pertinência, adequabilidade, eficácia, eficiência, sustentabilidade) ou de outros critérios avaliativos igualmente relevantes, difundidos e habituais (participação, equidade, satisfação, coerência, utilidade, entre outros). Ademais, o dispositivo analítico construído permite uma análise dos diferentes critérios de avaliação, face a cada um desses sistemas<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Deve sublinhar-se que a desagregação de um programa nas suas diferentes componentes pode ser feita de várias formas. A opção pela conceptualização destes sistemas – e não outros – é, antes de mais, uma opção analítica, pragmática e heurística. Porém, está longe de ser a única possível. É ainda importante reter que este tipo de procedimento analítico não deve ser identificado com abordagens epistemológicas e escolas de pensamento que se socorrem da terminologia sistémica. Os exemplos mais evidentes serão a teoria dos sistemas – da tradição germânica (“Systemtheorie”, de Jürgen Habermas, Niklas Luhmann, etc.) – e a abordagem dos sistemas de acção –, da tradição francófona (“systèmes d’action”, de Alain Touraine, Michel Crozier, Erhard Friedberg, etc.).

<sup>5</sup> Todavia, impõe-se observar que é uma abordagem com as suas limitações. Primeiramente, porque não se substitui à análise dos supracitados critérios fundamentais de avaliação. E, depois, no sentido em que é uma abordagem na senda de análises de processo, de desempenho, de funcionamento. Ou seja, esta análise produz informação sobre como o programa está organizado e funciona. Porém, pouco diz sobre a concretização dos seus resultados; o cumprimento dos seus objectivos; e, por fim, a obtenção dos efeitos e impactes intencionados. A sua utilidade circunscreve-se, em boa parte, ao âmbito da capacitação organizacional (na melhoria da eficácia, eficiência e adequabilidade organizacionais).

De forma sucinta e contextualizadora, podemos definir o Sistema de Diagnóstico e Planeamento como o conjunto de mecanismos subjacentes ao processo de candidaturas, isto é, os procedimentos e actores envolvidos no processo de dinamização e selecção de projectos então candidatos ao Programa Escolhas 2.ª Geração e, simultaneamente, o produto final dessa dinâmica.

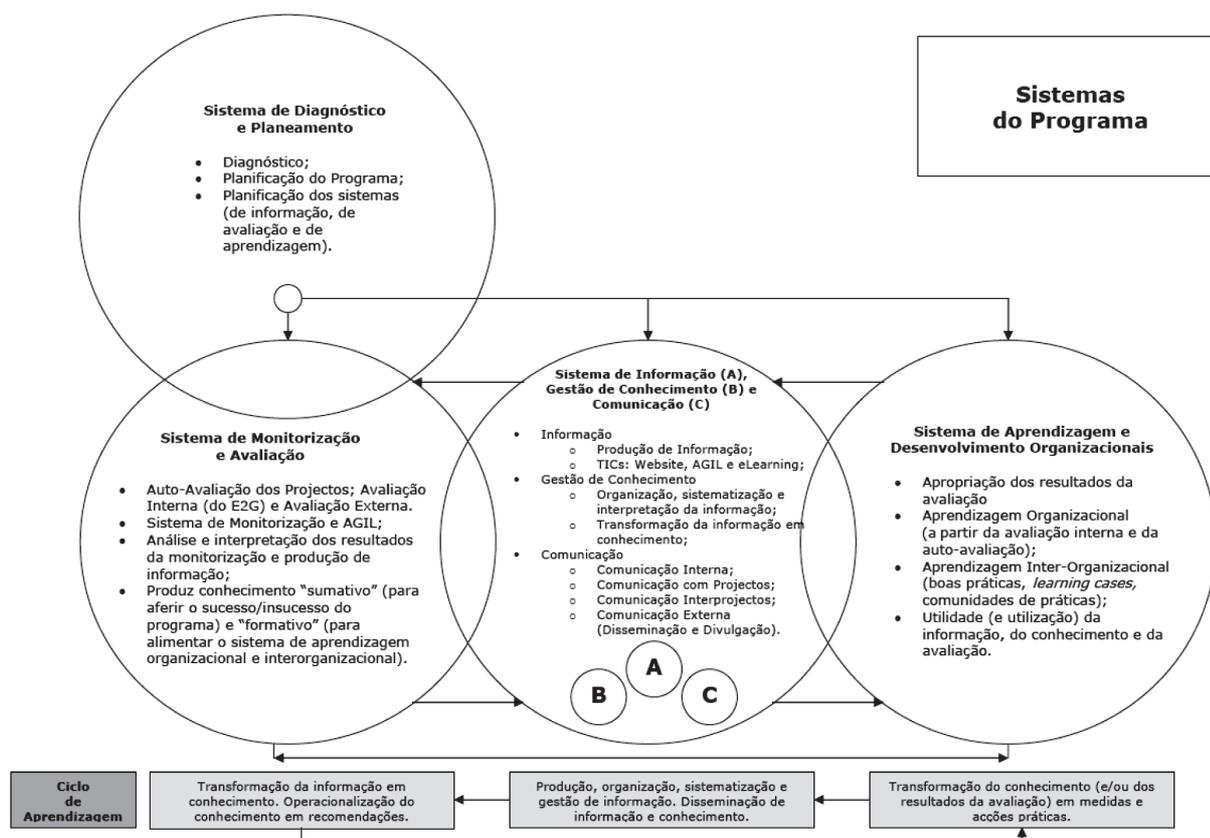
O Sistema de Monitorização e Avaliação concebido caracterizou-se, sobretudo, pela tentativa de articulação de três dimensões distintas. Por um lado, uma dimensão de auto-avaliação dos projectos (conduzida pelos próprios); por outro lado, uma dimensão de avaliação interna (levada a cabo pela coordenação do Programa face aos projectos); e, por último, uma componente de avaliação externa (levada a cabo por uma entidade autónoma e independente face ao Programa).

Por Sistema de Informação, Comunicação e Conhecimento entende-se o conjunto de tecnologias e instrumentos utilizados pelo programa para, pri-

meiro, recolher e trabalhar informação; segundo, comunicar interna e externamente ou para fazer divulgação de informação; e, terceiro, gerar e gerir conhecimento.

Por fim, o Sistema de Aprendizagem Intra e Inter-Organizacional, entendido como o conjunto de mecanismos de aprendizagem resultantes do trabalho, reflexão e avaliação desenvolvido pelas entidades. A avaliação – ou melhor, o sistema de monitorização e avaliação – desempenha um papel fundamental neste domínio. Como sublinham diversos autores “*the creation of an evaluation culture is essential for organisational learning*” (Tavistock Institute, 2003:82). A relação entre avaliação e aprendizagem (intra- e inter-) organizacional é bem mais complexa do que aparenta. Falar disso é entrar no debate em torno dos usos da avaliação de que são exemplificativas as contribuições de Forss, Rebien e Carlsson (2002), Boaz e Hayden (2002), Valovirta (2002) e Feinstein (2002).

Figura 1. Sistemas analíticos de suporte à avaliação externa do Programa Escolhas 2.ª Geração



## Sistema de diagnóstico e planeamento: o índice de risco de exclusão infanto-juvenil como instrumento auxiliar de avaliação da equidade e da pertinência empírica do Programa

O modelo de diagnóstico seguido pelo Programa fundamentou-se, sobretudo, no conjunto de diagnósticos locais, estratégia que coloca algumas dificuldades no que diz respeito à capacidade de visualização da realidade nacional, isto porque, por um lado, nem todos os territórios apresentaram candidaturas ao Programa e por outro, existe alguma heterogeneidade entre os diagnósticos locais ao nível do seu grau de maturação<sup>6</sup> e construção técnica. Assim, e tomando como princípio de base a equidade territorial fundamentada na pertinência empírica da intervenção, a inexistência de um documento de diagnóstico formalizado sobre os (potenciais) destinatários do Programa, os seus problemas e necessidades dificultou uma sinalização clara dos territórios mais excluídos, isto é, dificultou uma hierarquização fundamentada dos territórios face ao fenómeno da exclusão social essencial para um direccionamento equitativo dos recursos do Programa pelos diferentes territórios. No entanto, dever-se-á acrescentar que o facto da 1.ª Edição do Programa Escolhas ter sido fundamentado num diagnóstico mais aprofundado<sup>7</sup> dos territórios – com forte incidência na criminalidade urbana juvenil – permitiu que na segunda geração do Programa e mais concretamente, através dos projectos de continuidade, se tivesse um maior conhecimento quanto à pertinência da intervenção em parte dos territórios seleccionados.

Na 1.ª Fase do Programa Escolhas (2001-2003) encontravam-se definidas três grandes áreas urbanas de intervenção, nomeadamente, os distritos do Porto, Lisboa e Setúbal. Com a 2.ª Ge-

ração o Programa Escolhas definiu três grandes regiões: a) Zona Norte que compreendia os distritos de Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Porto, Braga, Aveiro, Viseu e Guarda; b) a Zona Centro composta pelos distritos de Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Santarém e Lisboa; c) e a Zona Sul e Ilhas que cobria os distritos de Setúbal, Portalegre, Évora, Beja, Faro e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Para cada uma destas Regiões Escolhas foi definida uma quota de projectos, nomeadamente 20 para a Zona Norte, 25 para a Zona Centro e 20 para a Zona Sul e Ilhas.

Embora, no desenho do Programa e no processo de candidaturas, se tenham tomado medidas de promoção da equidade territorial para a distribuição dos recursos do Programa, existiram alguns obstáculos à concretização deste objectivo, nomeadamente a necessidade de dar continuidade aos projectos da 1.ª fase que provinham das Grandes Áreas Urbanas e a opção de criar um sistema de candidaturas aberto que privilegiou, em boa parte, a qualidade técnica das candidaturas. Qualidade técnica essa, que poderá estar estreitamente associada aos territórios mais desenvolvidos e às instituições com maiores recursos e não, necessariamente, aos territórios e instituições com maiores necessidades neste domínio.

Apesar de ser importante criar condições de continuidade aos projectos que já estão no terreno, é necessário contrabalançar com uma medida que favoreça territórios onde não existe intervenção Escolhas. Esta medida, poderá ser articulada com critérios de pertinência empírica. Ou seja, beneficiar territórios que não tenham ainda actuação do Programa e que simultaneamente demonstrem (através do próprio diagnóstico, ou através de um índice de exclusão infanto-juvenil, ou ainda através de outras fontes, que se considerem adequadas<sup>8</sup>) a necessidade desta intervenção.

<sup>6</sup> Por exemplo, no quadro do Relatório Final de Avaliação Externa da 1.ª Edição do Programa (CET, 2004:70), chamava-se a atenção para uma primazia de um nível predominantemente descritivo nos diagnósticos efectuados, sendo escassos aquelas em que se constatava um nível analítico. Num certo sentido, poder-se-ia alegar que dado tratar-se de um programa de continuidade, estudado e avaliado, esse factor tornaria desnecessária a existência desse diagnóstico. Porém, é importante reter que houve um alargamento considerável do Programa, tanto em termos territoriais (de um Programa nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal para um Programa de abrangência nacional), como em termos dos seus objectivos (ao invés da prevenção da criminalidade, a promoção de inclusão).

<sup>7</sup> Relatório produzido pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) em articulação com o Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS), onde se realizou um levantamento da distribuição territorial dos fenómenos associados à criminalidade juvenil. Neste documento é sinalizado um conjunto de territórios prioritários de intervenção, nomeadamente 50 bairros dos Distritos de Lisboa, Setúbal e Porto.

<sup>8</sup> Com base, por exemplo, no estudo Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental (Instituto da Segurança Social, 2005), que teve por objectivo delimitar as áreas de intervenção do Programa PROGRIDE (Portal do Governo, 2005), identificam-se territórios com formas de exclusão diferenciadas, tanto em intensidade como em termos de problemáticas associadas. O referido estudo define 5 grandes categorias de territórios segundo o seu perfil de exclusão: Tipo 1 – Territórios Moderadamente Inclusivos; Tipo 2 – Territórios de Contrastes e Base Turística; Tipo 3 – Territórios Ameaçadores e Atractivos; Tipo 4 – Territórios Envelhecidos e Desertificados; Tipo 5 – Territórios Industriais e Forte Desqualificação.

A questão específica da exclusão infanto-juvenil articula-se com outros problemas e exclusões que dependem das características dos territórios e respectivas populações<sup>9</sup>. Nesse sentido, a distribuição territorial dos projectos é, ela própria (ou pode ser), uma estratégia de inclusão. Não é por isso surpreendente que tenham surgido algumas observações críticas à (comparativamente) maior adequação do Programa aos territórios urbanos e litorais<sup>10</sup>. Esses factos – e essas perspectivas – parecem sublinhar a relevância da questão da distribuição territorial no quadro do processo de candidaturas.

No sentido de contribuir activamente para avaliar a pertinência empírica do processo de selecção de candidaturas na 2.ª Geração do Programa, e, por outro, para se contribuir para uma reflexão sobre a importância da pertinência empírica em futuros processos de avaliação de candidaturas, foi construído, no âmbito do processo de avaliação externa, um Índice de Risco de Exclusão Infanto-Juvenil. Trata-se de instrumento estatístico que parte exclusivamente de fontes secundárias<sup>11</sup> e de dados desagregados a nível concelhio, não permitindo, portanto, um conhecimento pormenorizado da heterogeneidade de situações presentes nas realidades concelhias. Instrumento limitado e ainda numa fase de maturação e aperfeiçoamento, o índice sintetiza, ainda assim, um possível sinalizador de necessidades territoriais a nível concelhio (cf. CET, Relatório Final de Avaliação Externa do Programa Escolhas 2.ª Geração, 2007).

A perspectiva utilizada na construção deste índice parte de um entendimento da exclusão social enquanto “encruzilhada” de processos de pre-

cariedade e desvinculação social múltiplos. Devido ao tipo de dados em causa, este instrumento espelhará muito mais as formas através das quais os processos de exclusão se evidenciam, e menos os processos através dos quais esta realidade se constrói. Isto é, procurar-se-á medir o peso de determinadas situações que se conhece, pela literatura, estarem associadas a processos de exclusão em diversos domínios (sociais, económicos, territoriais, etc.), mas não se conseguirá aferir se na realidade determinado indicador está sempre associado a processos de exclusão.

Embora exista uma pluralidade de perspectivas sobre esta(s) temática(s), na literatura utilizada para enquadramento desta questão (cf. Capucha, 2005; Almeida, 1994; Costa, 2002 e 1985) podemos encontrar unanimidade quanto às seguintes dimensões de análise da exclusão: a dimensão económica, a dimensão social, a dimensão territorial e a dimensão simbólica.

Perante a diversidade social dos territórios que compõem o país, em que as variáveis seleccionadas apresentavam comportamentos muito diferenciados, foi necessário que o instrumento de medida da exclusão infanto-juvenil fosse segmentado em dois, um focalizado nas problemáticas associadas aos contextos urbanos e outro voltado para as especificidades dos restantes contextos<sup>12</sup>. Foram então criadas baterias de indicadores diferenciadas para cada um dos grupos territoriais, isto é, embora procurando manter intactas as mesmas dimensões da análise da exclusão, optou-se pela selecção de “variáveis típicas” dos processos de exclusão de determinados territórios<sup>13</sup>.

<sup>9</sup> Convém ter presente, a este respeito, as diferenças de problemáticas que existem – no campo da exclusão – entre zonas rurais, urbanas e mistas. Como sublinhava um coordenador de projecto contactado, “uma das características principais da exclusão em zonas que combinam urbanidade e ruralidade é justamente a sua aparente invisibilidade, que frequentemente agrava o problema” (Coordenador de projecto).

<sup>10</sup> Como foi dito por uma coordenadora de projecto, “a imigração, as minorias étnicas e os contextos socioeconómicos desfavorecidos são questões nacionais, do interior e das zonas rurais. Nestas zonas as populações lidam também com as questões do despovoamento e da desertificação dos espaços e das oportunidades, sendo mais um constrangimento à integração de todos, uma vez que existem menos estruturas de apoio, a que se associam fenómenos de marginalização profundos e de pouca visibilidade. Deveria haver uma menor concentração de projectos nalgumas zonas em benefício de uma melhor distribuição pelo país.” (Coordenadora de projecto).

<sup>11</sup> GIASE – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo;  
INE – Instituto Nacional de Estatística;  
IIES-IP – Instituto de Informática e Segurança Social;  
Diário da República n.º 29, II Série - Portaria n.º 200/2004 (2.ª série), 4 de Fevereiro de 2004;  
Base de Dados Entreculturas;  
GPLP – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento.

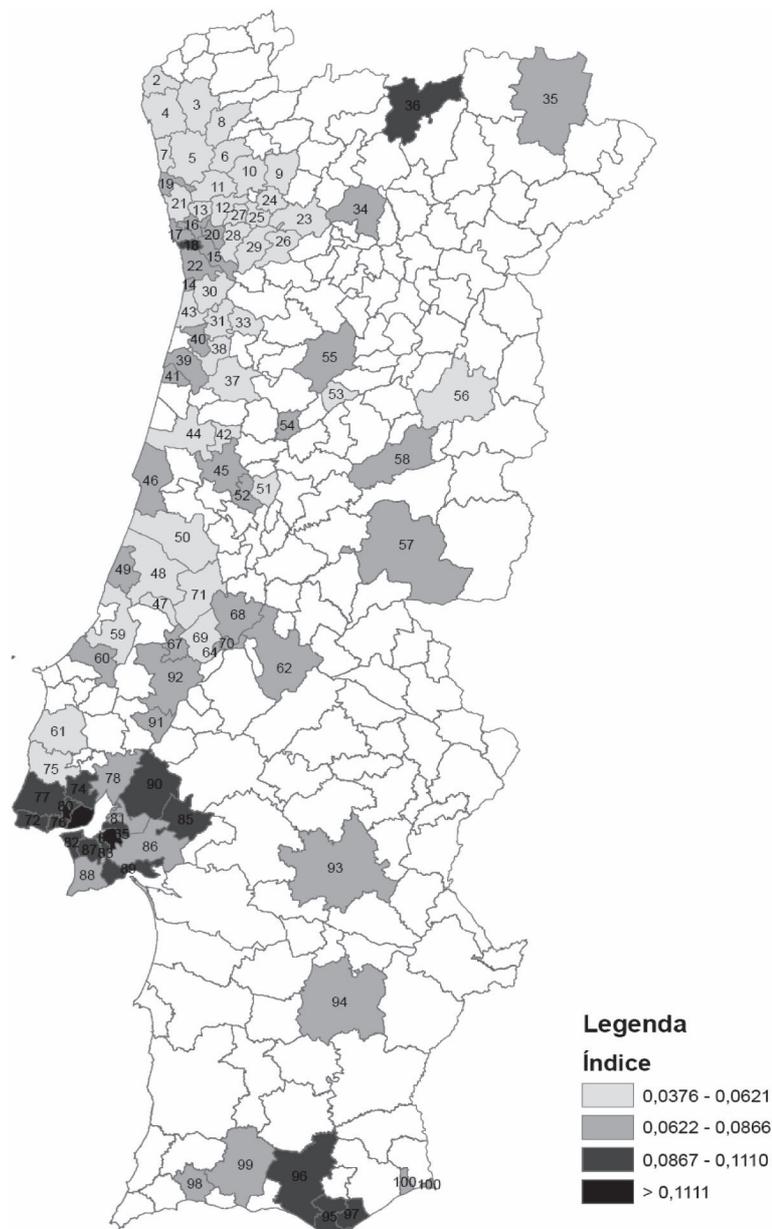
<sup>12</sup> À semelhança de outros estudos (Costa, 1985; Matos e Duarte, 2003) decidiu-se analisar de forma separada e através de uma Análise de Componentes Principais (ACP) conjuntos territoriais que, por razões como a diferença ao nível do grau de urbanidade ou o nível de desenvolvimento, são atravessados por processos de exclusão social distintos. Essa divisão foi elaborada com base na Média de Habitantes por Concelho. Esse procedimento deveu-se, sobretudo, à ausência de um enquadramento teórico-conceitual que possibilitasse um mecanismo de selecção mais apropriado e sofisticado, com base nas problemáticas do desenvolvimento territorial e/ou na área dos estudos urbanos.

<sup>13</sup> Como é o caso da taxa de criminalidade juvenil (que surge normalmente associada a territórios mais desenvolvidos economicamente) ou o caso da taxa de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (que surge como característica dos meios menos desenvolvidos).

Em concomitância com os resultados desse procedimento analítico, o território nacional foi dividido em dois grandes blocos de concelhos, com base no indicador “Número de Habitantes por Concelho (2001)”. Nomeadamente, foram diferenciados os Concelhos Mais Populosos (cujo número de habitantes se encontra acima da média nacional por concelho) e os Concelhos Menos Populosos (cujo número de habitantes se encontra abaixo da média nacional por concelho)<sup>14</sup>.

Para o Índice de Risco de Exclusão Infanto-Juvenil dos Concelhos Mais Populosos foram utilizados os seguintes indicadores: Taxa de Aproveitamento no Ensino Básico (invertida), 2003/2004; Taxa de Monoparentalidade Jovem, 2001; Taxa de Alojamentos Familiares Não Clássicos, 2001; Taxa de Desemprego Juvenil, 2001; Taxa de Criminalidade Juvenil, 2004; Taxa de Alunos Descendentes de Imigrantes e Minorias Étnicas, 2000/01.

**Figura 2. Índice de Risco de Exclusão Infanto-Juvenil: concelhos mais populosos**



<sup>14</sup> Trata-se, naturalmente, de um procedimento analítico pouco rigoroso e que necessitará de ser repensado no que diz respeito à estratégia para a divisão territorial.

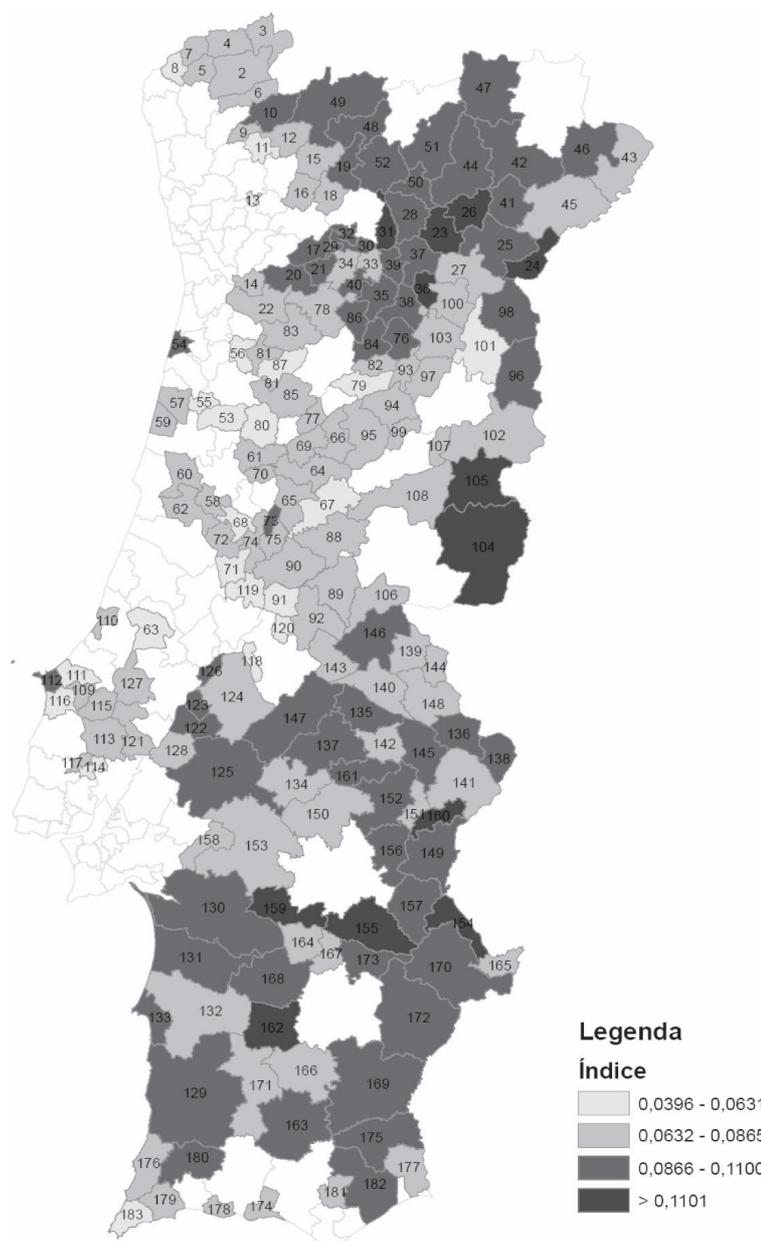
Concelhos Mais Populosos

2 CAMINHA	50 POMBAL
3 PONTE DE LIMA	51 LOUSÃ
4 VIANA DO CASTELO	52 MIRANDA DO CORVO
5 BARCELOS	53 NELAS
6 BRAGA	54 SANTA COMBA DÃO
7 ESPOSENDE	55 VISEU
8 VILA VERDE	56 GUARDA
9 FAFE	57 CASTELO BRANCO
10 GUIMARÃES	58 COVILHÃ
11 VILA NOVA DE F.	59 ALCOBAÇA
12 SANTO TIRSO	60 CALDAS DA RAINHA
13 TROFA	61 TORRES VEDRAS
14 ESPINHO	62 ABRANTES
15 GONDOMAR	64 ENTRONCAMENTO
16 MAIA	67 ALCANENA
17 MATOSINHOS	68 TOMAR
18 PORTO	69 TORRES NOVAS
19 PÓVOA DE VARZIM	70 VILA NOVA DA BARQUINHA
20 VALONGO	71 OURÉM
21 VILA DO CONDE	72 CASCAIS
22 VILA NOVA DE GAIA	73 LISBOA
23 AMARANTE	74 LOURES
24 FELGUEIRAS	75 MAFRA
25 LOUSADA	76 OEIRAS
26 MARCO DE CANAVESES	77 SINTRA
27 PAÇOS DE FERREIRA	78 VILA FRANCA DE XIRA
28 PAREDES	79 AMADORA
29 PENAFIEL	80 ODIVELAS
30 SANTA MARIA DA FEIRA	81 ALCOCHETE
31 OLIVEIRA DE AZEMÉIS	82 ALMADA
32 SÃO JOÃO DA MADEIRA	83 BARREIRO
33 VALE DE CAMBRA	84 MOITA
34 VILA REAL	85 MONTIJO
35 BRAGANÇA	86 PALMELA
36 CHAVES	87 SEIXAL
37 ÁGUEDA	88 SESIMBRA
38 ALBERGARIA-A-VELHA	89 SETÚBAL
39 AVEIRO	90 BENAVENTE
40 ESTARREJA	91 CARTAXO
41 ÍLHAVO	92 SANTARÉM
42 MEALHADA	93 ÉVORA
43 OVAR	94 BEJA
44 CANTANHEDE	95 FARO
45 COIMBRA	96 LOULÉ
46 FIGUEIRA DA FOZ	97 OLHÃO
47 BATALHA	98 PORTIMÃO
48 LEIRIA	99 SILVES
49 MARINHA GRANDE	100 VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Por sua vez, para o conjunto dos Concelhos Menos Populosos foram utilizadas os seguintes indicadores: Taxa de Aproveitamento no Ensino Básico (invertida), 2003/2004; Taxa de Maternidade

Precoce, 2001; Taxa de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, 2004; Taxa de Desemprego Juvenil, 2001; Índice de Desenvolvimento Social (invertido), 2001.

Figura 3. Índice de Risco de Exclusão Infanto-Juvenil: Concelhos Menos Populosos



Concelhos Menos Populosos

2 ARCOS DE VALDEVEZ	59 MIRA	120 SARDOAL
3 MELGAÇO	60 MONTEMOR-O-VELHO	121 AZAMBUJA
4 MONÇÃO	61 PENACOVA	122 ALMEIRIM
5 PAREDES DE COURA	62 SOURE	123 ALPIARÇA
6 PONTE DA BARCA	63 PORTO DE MÓS	124 CHAMUSCA
7 VALENÇA	64 ARGANIL	125 CORUCHE
8 VILA NOVA DE CERVEIRA	65 GÓIS	126 GOLEGÃ
9 AMARES	66 OLIVEIRA DO HOSPITAL	127 RIO MAIOR
10 TERRAS DE BOURO	67 PAMPILHOSA DA SERRA	128 SALVATERRA DE MAGOS
11 PÓVOA DE LANHOSO	68 PENELA	129 ODEMIRA
12 VIEIRA DO MINHO	69 TÁBUA	130 ALCÁCER DO SAL
13 VIZELA	70 VILA NOVA DE POIARES	131 GRÂNDOLA
14 CASTELO DE PAIVA	71 ALVAIÁZERE	132 SANTIAGO DO CACÉM
15 CABECEIRAS DE BASTO	72 ANSIÃO	133 SINES
16 CELORICO DE BASTO	73 CASTANHEIRA DE PERA	134 MORA
17 BAIÃO	74 FIGUEIRÓ DOS VINHOS	135 ALTER DO CHÃO
18 MONDIM DE BASTO	75 PEDROGÃO GRANDE	136 ARRONCHES
19 RIBEIRA DE PENA	76 AGUIAR DA BEIRA	137 AVIS
20 CINFÃES	77 CARREGAL DO SAL	138 CAMPO MAIOR
21 RESENDE	78 CASTRO D'AIRES	139 CASTELO DE VIDE
22 AROUCA	79 MANGUALDE	140 CRATO
23 CARRAZEDA DE ANSIÃES	80 MORTÁGUA	141 ELVAS
24 FREIXO DE ESPADA À CINTA	81 OLIVEIRA DE FRADES	142 FRONTEIRA
25 TORRE DE MONCORVO	82 PENALVA DO CASTELO	143 GAVIÃO
26 VILA FLOR	83 SÃO PEDRO DO SUL	144 MARVÃO
27 VILA NOVA DE FOZ CÔA	84 SATÃO	145 MONFORTE
28 ALIJÓ	85 TONDELA	146 NISA
29 MESÃO FRIO	86 VILA NOVA DE PAIVA	147 PONTE DE SOR
30 PESO DA RÉGUA	87 VOUZELA	148 PORTALEGRE
31 SABROSA	88 OLEIROS	149 ALANDROAL
32 SANTA MARTA DE P.	89 PROENÇA-A-NOVA	150 ARRAIOLOS
33 ARMAMAR	90 SERTÃO	151 BORBA
34 LAMEGO	91 VILA DE REI	152 ESTREMOZ
35 MOIMENTA DA BEIRA	92 MAÇÃO	153 MONTEMOR-O-NOVO
36 PENEDONO	93 FORNOS DE ALGODRES	154 MOURÃO
37 SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	94 GOUVEIA	155 PORTEL
38 SERNANCELHE	95 SEIA	156 REDONDO
39 TABUAÇO	96 ALMEIDA	157 REGUENGOS DE M.
40 TAROUCA	97 CELORICO DA BEIRA	158 VENDAS NOVAS
41 ALFÂNDEGA DA FÉ	98 FIGUEIRA DE CASTELO R.	159 VIANA DO ALENTEJO
42 MACEDO DE CAVALEIROS	99 MANTEIGAS	160 VILA VIÇOSA
43 MIRANDA DO DOURO	100 MEDA	161 SOUSEL
44 MIRANDELA	101 PINHEL	162 ALJUSTREL
45 MOGADOURO	102 SABUGAL	163 ALMODÔVAR
46 VIMIOSO	103 TRANCOSO	164 ALVITO
47 VINHAIS	104 IDANHA-A-NOVA	165 BARRANCOS
48 BOTICAS	105 PENAMACOR	166 CASTRO VERDE
49 MONTALEGRE	106 VILA VELHA DE RODÃO	167 CUBA
50 MURÇA	107 BELMONTE	168 FERREIRA DO A.
51 VALPAÇOS	108 FUNDÃO	169 MÉRTOLA
52 VILA POUCA DE AGUIAR	109 BOMBARRAL	170 MOURA
53 ANADIA	110 NAZARÉ	171 OURIQUE
54 MURTOSA	111 ÓBIDOS	172 SERPA
55 OLIVEIRA DO BAIRRO	112 PENICHE	173 VIDIGUEIRA
56 SEVER DO VOUGA	113 ALENQUER	174 ALBUFEIRA
57 VAGOS	114 ARRUDA DOS VINHOS	175 ALCOUTIM
58 CONDEIXA-A-NOVA	115 CADAVAL	176 ALJEZUR
	116 LOURINHÃ	177 CASTRO MARIM
	117 SOBRAL DE M. AGRAÇO	178 LAGOA
	118 CONSTÂNCIA	179 LAGOS
	119 FERREIRA DO ZÉZERE	180 MONCHIQUE
		181 SÃO BRÁS DE A.
		182 TAVIRA
		183 VILA DO BISPO

Este instrumento permitiu, embora de forma aproximada e com óbvias limitações, analisar a pertinência empírica da distribuição territorial dos projectos, cruzando a variável índice de risco de exclusão infanto-juvenil e número de candidaturas aprovadas por concelho. Os resultados desta análise, evidenciam que foi no conjunto dos concelhos mais populosos que se conseguiu atingir uma maior pertinência empírica (cf. CET, Relatório Final de Avaliação Externa do Programa Escolhas 2.ª Geração, 2007). Isto, possivelmente, devido ao facto da 1.ª Fase do Programa ter estado apoiada numa sinalização prévia dos bairros considerados mais problemáticos de Lisboa, Porto e Setúbal.

Interessa acrescentar ainda que, dentro deste conjunto, ao retirarmos os concelhos pertencentes às Grandes Áreas Urbanas – ou seja, se retirarmos a intervenção baseada na citada sinalização de bairros problemáticos – verifica-se que a selecção de candidaturas perdeu um pouco de pertinência, não conseguindo chegar aos territórios, que embora se encontrando fora das Grandes Áreas Urbanas, apresentavam valores mais elevados de exclusão.

Quanto ao conjunto dos Concelhos Menos Populosos, verifica-se que os contextos sinalizados ao nível do índice de risco de exclusão enquanto territórios mais vulneráveis não apresentaram, na maioria dos casos, candidaturas aprovadas.

Na nova edição do Programa Escolhas – ou em programas semelhantes que venham a ter lugar – seria talvez adequado criar uma base de diagnóstico mais precisa. Esse diagnóstico de necessidades poderia passar por estudos nesta área, mas também por instrumentos deste tipo. Este procedimento é imprescindível quando o Programa assume âmbito nacional dirigindo-se a uma multiplicidade de territórios, sobre os quais nem sempre se tem um conhecimento suficiente.

Acresce, neste contexto, a sugestão da criação de um contingente para projectos que, apesar de não pertencerem aos territórios tipicamente urbanos, sejam caracterizados por uma forte exclusão ao nível da juventude e infância. Isso salvaguardaria que o processo de candidaturas tendesse a

privilegiar os territórios urbanos (quer pelo maior número de candidaturas apresentadas, quer pela tendencial maior qualidade técnica).

De facto, as características, as problemáticas, os públicos e as estratégias de intervenção parecem substancialmente diferentes consoante o tipo de territórios onde a intervenção teve lugar. São heterogéneos os tipos de exclusão, as características das problemáticas e os perfis dos públicos-alvo, entre outros, quando estamos perante territórios urbanos, peri-urbanos ou suburbanos ou territórios rurais, semi-rurais ou ainda cidades e vilas de pequena e média dimensão<sup>15</sup>.

A diferentes territórios estão muitas vezes associadas formas de exclusão infanto-juvenil diversas. Neste sentido será mais correcto falar de exclusões sociais (e, portanto, de inclusões) do que de exclusão social.

*“O facto do nosso projecto estar situado numa zona rural implicou algumas dificuldades para a realização das actividades. Embora seja uma terra pequena apresenta uma enorme dispersão geográfica, dificultando a participação das crianças. Verificamos que a maior parte das famílias não tinha transportes próprios para se deslocarem à sede do projecto, desta forma, tinha de ser o projecto a assegurar o transporte para a vinda dos destinatários às actividades. Outra dificuldade com a qual o projecto se deparou foi com o preconceito existente nos meios rurais, muitas das famílias ainda têm ‘receio’ de serem ajudadas, pois não querem ser apontadas pelos seus vizinhos como ‘os pobrezinhos’.”* (Coordenador de projecto)

*“As dificuldades associadas ao contexto rural foram visíveis, sobretudo, na escassez de respostas institucionais bem como na dificuldade de acesso dos destinatários às actividades do projecto, relacionada com uma rede de transportes pouco desenvolvida.”* (Coordenador de projecto)

Na prática pareceu verificar-se, no terreno, a existência de mais do que um Escolhas. Ou melhor, que o Programa se desenvolveu a duas velocidades. Por um lado, projectos de não continuidade

<sup>15</sup> Não obstante, a este propósito, é necessário que haja algum cuidado com a simplificação excessiva da diferença entre territórios urbanos e rurais. Em primeiro lugar, na medida em que existem territórios com características híbridas – semi-rurais ou semi-urbanos – mas também porque existem algumas diferenças entre territórios urbanos, suburbanos e peri-urbanos. Em segundo lugar, porque estamos perante uma sobreposição de diferenças de natureza diversificada: territórios rurais e urbanos; litoral e interior; norte e sul; áreas metropolitanas e cidades e vilas de média dimensão; projectos de continuidade da 1.ª Edição e projectos iniciados na 2.ª Geração; entre outras.

em territórios rurais e semi-rurais. Por outro lado, projectos de continuidade em territórios urbanos. Se no primeiro caso, o Programa reteve as principais características de programas experimentais (onde a inovação e a experimentação de metodologias e actividades é, ainda, uma das faces mais visíveis da intervenção), nos casos urbanos pareceu assistir-se a uma situação bem diferente. A intervenção tendeu a estar mais consolidada e assentar em estratégias e metodologias com “provas dadas”. Nos casos rurais e/ou de não continuidade, as características dos projectos aproximaram-se mais de outras intervenções (por exemplo, projectos associados às medidas de desenvolvimento sociocomunitário do POEFDS, PROGRI-DE, etc.).

A abertura do Programa ao conjunto do território nacional foi em si uma medida de promoção da equidade, embora em parte limitada por um processo aberto de candidaturas. A forma como se desenvolveu o processo de dinamização das candidaturas revela também a preocupação do Programa com a equidade territorial e institucional. Ao nível do produto do processo de candidatura, a capacidade de assegurar a equidade encontrou alguns obstáculos, isto é, a capacidade técnica de planeamento sobrepôs-se por vezes ao grau de necessidade de intervenção dos territórios. Esta situação, juntamente com o facto de o Programa ter um passado de exclusividade urbana, conduziu a uma forte sobre-representação dos projectos urbanos em detrimento dos contextos menos marcados pela urbanidade.

Verifica-se também que foi nos contextos urbanos que o Programa “reconheceu” melhor as prioridades e estratégias de intervenção, que maior capacidade teve de assegurar a equidade territorial. Nos contextos rurais ou semi-rurais a selecção equitativa dos projectos foi mais frágil, quer porque existia um menor número de candidaturas por parte destes territórios, quer porque não existia um capital de conhecimento sobre as especificidades da exclusão nestes territórios.

Existe portanto a necessidade de o Programa continuar a seguir uma estratégia de aprendizagem, em que a partir dos obstáculos vividos pelos novos

contextos territoriais de intervenção se estruture um manancial de conhecimento que permita ao Programa e outros semelhantes, um melhor acompanhamento e adaptação futuros a territórios com desafios específicos, criando assim as condições para uma equidade territorial efectiva.

Um instrumento como este índice de risco de exclusão infanto-juvenil – com todas as suas limitações – é apenas um passo nesse sentido.

### **Sistema de monitorização e avaliação: questões em torno da participação de crianças e jovens nos projectos<sup>16</sup>**

Que métodos e técnicas devem ser mobilizados em processos de recolha de informação quando estão em causa menores de idade? Quais as dificuldades práticas e metodológicas associadas à avaliação de intervenções nas áreas da infância e juventude?

A avaliação de projectos reveste-se de características particulares sempre que os grupos alvo são constituídos por crianças e/ou jovens. Ou seja, nesses contextos é necessário recorrer a “*child-friendly methods*” (Punch, 2002:321) “*child-centred methods*” (Punch, 2002:323). Os processos de recolha de informação têm que ser adaptados, os métodos e técnicas têm que ser reformulados e é necessário seguir um determinado protocolo ético e pedagógico. E isso aplica-se tanto a procedimentos de recolha de informação convencionais (como entrevistas, inquéritos ou trabalho de campo), como a eventos participativos (como workshops, focus groups ou sessões de trabalho). Lidar com crianças e jovens nestes processos requer um conjunto de competências, capacidades e conhecimentos técnicos específicos. Não se trata somente de uma questão ética, mas também de uma questão de índole metodológica (cf. Harden, Scott, Backett-Milburn e Jackson, 2000). Mais do que qualquer outra coisa, “[r]esearch with children demands flexibility and creativity on the part of both the researchers and their ‘data collection’ approaches” (Darbyshire, MacDougall, Schiller, 2005:428).

<sup>16</sup> Para informação mais detalhada sobre esta temática consultar Isabel Duarte, Luís Soares, João Nogueira, Cristina Roldão (2005), «Dossier: A Participação de Crianças e Jovens em Processos de Avaliação - Reflexões, Observações, Recursos», in *Cidades - Comunidades e Territórios*, n.º 11, 2005, pp. 137-143.

Muitos dos métodos e técnicas de pesquisa convencionais, como as entrevistas e os inquéritos por questionário, centram-se excessivamente em competências e capacidades habitualmente (ainda) não suficientemente desenvolvidas em crianças e jovens: abstracção conceptual, leitura, compreensão e interpretação oral e escrita, comunicação verbal. Daí que existam limitações naturais na informação produzida dessa forma, sempre que a participação diz respeito a pessoas não adultas. Punch preconiza que, nestes contextos, “*an effective way of carrying out research with children is to combine traditional research methods used with adults and techniques considered to be more suitable for use with children*” (Punch, 2002:330).

Em parte, o cerne do problema diz respeito ao facto de nem sempre serem utilizadas as metodologias adequadas, ou estas nem sempre serem adequadamente adaptadas. E isso também porque são relativamente pouco frequentes os programas e projectos que realmente levam em consideração os pontos de vista das crianças e jovens a quem se destinam (Kirby e Bryson, 2002). Essa ausência deve-se tanto a mecanismos de auto-exclusão (relutância das crianças em participar), como a dispositivos de hetero-exclusão (relutância dos adultos em reconhecer o direito e a capacidade de participar das crianças). Com efeito, é ainda muito limitada a importância que é normalmente dada à participação e envolvimento de crianças e jovens em processos decisórios. De acordo com parte significativa dos investigadores a trabalhar em projectos com crianças e jovens, existem três grandes razões pelas quais estes não se envolvem – ou apenas participam de forma limitada – em projectos comunitários: em primeiro lugar, os jovens não esperam poder participar e, por isso, sentem que a sua participação não é desejada; em segundo lugar, estes não estão conscientes dos seus direitos e, assim sendo, quando não são convidados a participar não exigem oportunidades para o fazer; por fim, muitos sentem uma enorme apatia e/ou cinismo face à participação, pressupondo que as suas ideias não serão levadas a sério (Kirby e Bryson, 2002: 33). Edwards (1996), por seu turno, preconiza que a falta de participação das crianças se deve, essencialmente, à visão que sobre elas é tida na sociedade em geral, e pelos profissionais e técnicos em particular. Segundo o autor, são cinco as principais razões para a subparticipação de

crianças e jovens: uma ideia de infância baseada no modelo de criança ocidental hegemónico (onde estas são vistas como imaturas e irracionais até atingirem formalmente a idade adulta – normalmente 16, 18 ou 21 anos dependendo dos contextos); a visão das crianças como economicamente inexistentes ou não-produtivas; o facto das crianças serem entendidas como elementos derivados de uma unidade (a família ou o agregado familiar); a presunção dos adultos de que compreendem as necessidades e pontos de vista das crianças, uma vez que já o foram; e, por fim, na visão passiva e dependente que os adultos (sobretudo os pais) têm das crianças. E, em virtude disso, não existe propriamente um *corpus* de princípios éticos, advertências, propostas, recomendações e procedimentos consolidado nesta área.

Outras variáveis devem ser levadas em consideração, para além da idade. Não é idêntico lidar com crianças e jovens oriundos de grupos socioeconomicamente favorecidos e com aqueles que provêm de grupos desfavorecidos ou excluídos, e que se confrontam com problemas concretos (exclusão social, marginalização racial ou étnica, abandono escolar, delinquência juvenil). Na verdade, como sustentam Christenson e Prout “*children’s social experiences will differ because of factors such as gender, ethnicity, disability and social and economic inequalities*” (Christenson e Prout, 2002: 484). A condição infanto-juvenil interage com outras variáveis que não devem ser negligenciadas nos processos de recolha de informação.

Nos manuais de metodologia, métodos e técnicas de investigação raramente se encontram referências à especificidade das pesquisas e intervenções que envolvam crianças e jovens. Essa omissão é tanto mais grave quanto o número de programas e projectos dirigidos especificamente a crianças tem vindo a aumentar. As questões do consentimento informado, da equidade, da vulnerabilidade e da competência intelectual são, a este respeito, fundamentais. E merecem, naturalmente, um tratamento concordante com esse estatuto. A idade não pode ser entendida de forma separada de outras características como a classe social, o género, a pertença étnica, etc. E como muitos programas e projectos – a grande maioria – se dirigem maioritariamente a determinados grupos sociais, convém que isso seja levado em consi-

deração. Afinal, as metodologias a utilizar com pessoas adultas com elevados capitais escolares deverão ser substancialmente diferentes daquelas mobilizadas para lidar com crianças e jovens de grupos sociais particularmente vulneráveis. A questão cultural é disso um bom exemplo.

Lidar com crianças bilingues ou multilingues coloca questões éticas e metodológicas específicas. E essa temática é particularmente frequente quando estamos perante grupos de imigrantes e minorias étnicas – curiosamente populações que são alvos privilegiados dos processos de intervenção. E, ainda mais, quando a essa condição cultural se juntam factores de exclusão social e económica. Além do mais, a concepção de programas e projectos de intervenção depende sempre das representações acerca das crianças e jovens por parte de políticos, técnicos e profissionais (sobre o seu desenvolvimento, as suas competências, os seus interesses). E isso pode tornar-se particularmente problemático quando os universos culturais desses profissionais e das crianças são muito afastados.

Daí que sejam indispensáveis instrumentos específicos quando se avaliam programas e projectos neste domínio. Primeiro, são necessários instrumentos e competências específicos para comunicar com crianças e jovens no processo de recolha de informação. Depois, é imprescindível que parte da avaliação incida sobre as teorias e conceitos implícitos nos programas e projectos, de

modo a aferir de que forma foram levadas em consideração as pertenças sociais e culturais dos jovens na sua concepção e implementação.

### **Sistema de informação, comunicação e conhecimento: avaliação das componentes web do sistema**

O Programa Escolhas caracteriza-se, entre outros aspectos, por um substancial, interessante e meritório investimento tanto na vertente do sistema de monitorização e avaliação, como na dimensão do sistema de informação e comunicação (em particular na mobilização de novas tecnologias e sistemas de informação).

Entre os principais propósitos desta análise encontra-se a tentativa de contribuir para melhorar tecnicamente o sistema de informação do Programa. Este sistema integra elementos como o website do Escolhas, a AGIL<sup>17</sup>, a plataforma de e-Learning (Moodle), mas envolve, ainda, componentes menos palpáveis e concretas (como a forma como se comunica, se gera informação e o modo como essa informação é transformada em conhecimento). Dado que esse sistema engloba elementos de alguma complexidade, foi imprescindível que a análise incidisse sobre eles. Daí que, em algumas partes, tenha sido necessário utilizar uma linguagem técnica algo hermética para aqueles não familiarizados com as tecnologias utilizadas.

<sup>17</sup> A AGIL consiste, essencialmente, numa base de dados que permitiu aos projectos o registo quotidiano das suas actividades e que possibilitou saber, em tempo real, o estado de cada projecto (e, em consequência, do Programa). Além do seu carácter experimental e inovador, essa plataforma foi um instrumento particularmente útil em todo o processo.

Revista *Escolhas* (Setembro 2006) Sítios E2G, AGIL e Moodle (Julho 2006)



E2G

<http://www.programaescolhas.pt/>



AGIL

<http://agil.programaescolhas.pt/>



Revista *Escolhas*



Moodle (serviço externo)

<http://web.educom.pt/acime/>

Trata-se de um sistema que foi sendo construído pelo Programa, sem que tivesse existido um documento formal que articulasse e integrasse as suas diferentes componentes. Apesar da inexistência de um plano inicial e de um desenvolvimento posterior não planeado, é interessante constatar a complementaridade dos diferentes elementos num conjunto caracterizado por alguma coesão. Porém, apesar dessa coesão, não deixa de ser verdade que o sistema foi construído de forma *ad hoc*, como é habitual em processos um pouco mais experimentais.

Na prática, poderia haver um maior esforço de sistematização e articulação entre as diferentes tecnologias mobilizadas (por exemplo, entre a AGIL, o website e a plataforma de e-learning). Daí que talvez fosse importante a progressiva formalização, sistematização e integração dos diferentes elementos. Não obstante, a avaliação global neste aspecto é francamente positiva, sobretudo

do, levando em consideração a sempre problemática relação entre tempo e tecnologia. Ou seja, trata-se de um sistema muito equilibrado e consistente face aos recursos que nele foram investidos e que foi erguido num período muito diminuto de tempo.

Em termos do processo de concepção e implementação, e dado o seu carácter experimental, tratou-se de um processo pouco aberto aos projectos. Ou seja, o sistema (globalmente considerado) e os seus elementos (como o website ou a AGIL) foram concebidos sem que estivessem previstas formas de participação e envolvimento dos projectos. Em parte, convém frisar, porque alguns desses elementos foram concebidos previamente ao processo de selecção dos projectos e também devido à forma como decorreu o próprio processo de concepção e planificação do Programa (e ao pouco tempo disponível para o fazer).

Apesar desse facto, os resultados são particularmente interessantes. Dada a importância que esta questão dos sistemas de informação foi assumindo – para o Programa e para os projectos – seria interessante um reforço de uma orientação participativa. Por exemplo, poderia apostar-se num processo de planificação e concepção mais participado (o que, aliás, foi reclamado por vários projectos contactados). Isso permitiria não só conseguir um sistema mais adequado para os diferentes projectos, mas também originar uma maior mobilização em redor desta dimensão.

De modo a avaliar tecnicamente as componentes web do sistema de informação (designadamente, o sítio do E2G, a AGIL e a plataforma de e-learning), foram utilizados – com diferentes níveis de intensidade – um conjunto diversificado de instrumentos e ferramentas de análise em áreas como a usabilidade e validação, a acessibilidade, o desempenho e a análise estrutural<sup>18</sup>.

A análise estrutural da página de entrada do E2G revela alguns detalhes interessantes. Destaca-se, antes de mais, uma estrutura típica de um portal<sup>19</sup>. O website possui um número razoável de ligações (para páginas internas ou para páginas externas); é bastante visual (com um número elevado de imagens); revela um investimento assinalável em conteúdos (presente em elementos textuais) e possui alguma interactividade (materializada na utilização de campos de formulário).

Esta análise permite-nos formular algumas questões mais concretas. Por um lado, saber se este

modelo de website e as tecnologias utilizadas são adequados aos seus propósitos. Por outro, indagar sobre eventuais aspectos que poderiam ser melhorados na própria estrutura e organização internas da página. A este respeito cumpre dizer que o tipo de website parece ser adequado aos objectivos manifestos de “divulgar informação junto dos projectos, mas também do público em geral” (Coordenador de Zona do E2G). O número elevado de texto e imagens também parece ser um bom indicador desse aspecto (sobretudo, se se considerar a frequência das actualizações). Por outro lado, a interactividade do sítio é reduzida, contrastando com a ideia de fazer do website “um espaço para os projectos” (Coordenador de Zona do E2G)<sup>20</sup>.

Quando se introduz nesta análise o elemento tempo e se procede a uma análise estrutural-longitudinal, pode-se ter uma visão um pouco diferente da evolução do website do Programa. Essa análise – quando aplicada à análise do website entre Maio e Julho de 2006 – revela que embora os elementos estruturais se mantenham (interactividade reduzida, utilização de imagens, estrutura de organização da informação), o website caracteriza-se por bastante actividade. Essa actividade nota-se, sobretudo, ao nível do conteúdo dinâmico das páginas (texto e imagem).

Se aplicarmos o mesmo procedimento à página da AGIL, o cenário é um pouco diferente. Pela sua própria natureza – de página de acesso a uma área reservada –, seria expectável (e é notória) uma estrutura muito simples: em termos de texto e imagem, de número de ligações e de interactividade<sup>21</sup>.

<sup>18</sup> Designadamente, foram mobilizadas as ferramentas de validação W3C para HTML/XHTML (<http://validator.w3.org/>), CSS (<http://jigsaw.w3.org/css-validator/>) e ligações (<http://validator.w3.org/checklink>); as análises de acessibilidade CynthiaSays/HiSoftware (<http://www.cynthiasays.com>), Wave WebAim (<http://wave.webaim.org/>) e Sidar HERA (<http://www.sidar.org/hera>); os testes Silktide Sitescore (<http://www.silktide.com>), UITest (<http://uitest.com>) e PinkJuice (<http://www.pinkjuice.com>); as análises estruturais HTML DOM Visualizer Applet (<http://www.aharef.info/static/htmlgraph/>), o TouchGraph GoogleBrowser (<http://www.touchgraph.com>) e o Nullpoint Webtracer (<http://www.nullpointer.co.uk/-/webtracer.htm>); a análise de desempenho e eficácia InternetSupervision (<http://internetsupervision.com>); as análises de optimização e meta-informação SE-Inspector (<http://www.se-inspector.com>) e Submit Express (<http://www.submitexpress.com/>); os testes de facilidade de leitura (readability) JuicyStudio (<http://juicystudio.com/services/readability.php>) e (<http://textalyser.net>); e, por fim, as análises de popularidade, ligações e divulgação MarketLeap (<http://www.marketleap.com>) e URLTrends (<http://www.urltrends.com/>). Utilizaram-se ainda o Functional Accessibility Evaluator v.0.8.7a (FAE) (<http://fae.cita.uiuc.edu>) da University of Illinois at Urbana-Champaign e o EvalAccess 2.0 (<http://supt07.si.ehu.es/evalaccess2>) do Laboratory of Human-Computer Interaction for Special Needs. Para uma análise mais aprofundada das metodologias utilizadas consultar o Relatório de Avaliação de Implementação I, Julho de 2006.

<sup>19</sup> A que não será alheia a utilização de um sistema de gestão de conteúdos (CMS) típico para portais, o PHP-Nuke.

<sup>20</sup> Tecnicamente, será apenas importante sublinhar a opção por um modelo de *layout* (estrutura da página) que utiliza primordialmente tabelas na disposição das diferentes unidades de conteúdo. Esse tipo de estrutura – longe de ser rara ou particularmente problemática – tem vindo a ser desaconselhada, por diversas razões, em detrimento da utilização de folhas de estilos (css) e de divisões lógicas (elementos que recorrem à marca `<div>`).

<sup>21</sup> Por outro lado, mantém-se um tipo de página com as mesmas limitações técnicas já referidas no caso do website (alguns problemas ao nível da acessibilidade e usabilidade; um eventual uso excessivo de tabelas como forma preferencial de estruturação e disposição de conteúdos; etc.).

Complementarmente, procurou analisar-se a difusão e divulgação do sítio, através de uma análise de ligações. Esse instrumento resulta num diagrama onde se explicitam as redes de ligações de outros espaços com ligações ao website do Programa. Essa análise permite constatar a existência de um número razoável de ligações, embora não se trate de um valor particularmente elevado. Dado o número de ligações, poderia ser importante a implementação de um plano de divulgação mais alargado.

Foram ainda aplicados procedimentos dirigidos a outros aspectos do website do Programa. Uma das ferramentas mobilizadas nesse sentido, a análise “Silktide Sitescore”, diz respeito a um pequeno conjunto de critérios de apreciação: a acessibilidade (cumprimento de normas para o website ser acessível a pessoas com deficiências); o desempenho (rapidez e velocidade na visualização das páginas); a qualidade da concepção das páginas (tipo de página; elementos utilizados; cumprimento das regras de concepção; desempenho e rapidez do sítio); entre outros.

**Quadro 1. Sítio E2G: Análise ‘Silktide Sitescore’ (Julho 2006)**

Item	Descrição	Pontuação (0-10)
Marketing	Popularidade e divulgação do sítio	3.1
Design	Concepção e desenho	7.3
Acessibilidade	Acessibilidade para pessoas com deficiências	5.6
Experiência	Quão satisfatório é provável que seja	7.2
<b>Global</b>	<b>Apreciação global do sítio</b>	<b>5.2</b>

Nesta análise, o website atinge uma apreciação global satisfatória<sup>22</sup>. Se ao nível da concepção e desenho (forma como as páginas se encontram tecnicamente concebidas e o seu desempenho), os resultados do teste são particularmente positivos, já a difusão e divulgação do website revela resultados menos positivos<sup>23</sup>.

Esta ferramenta mostrou um desempenho particularmente bem sucedido do sítio. De acordo com a análise efectuada, o sítio e o servidor são bastante rápidos e eficazes a responder. Alguns procedimentos analíticos complementares e mais específicos quanto a esta dimensão confirmaram esses resultados.

Também no caso das questões da usabilidade e acessibilidade foram realizados testes comple-

mentares. A usabilidade remete para o cumprimento de normativos e padrões técnicos. Por seu turno, a acessibilidade reporta-se à concordância com determinadas normas que permitem que o website seja acessível a pessoas com deficiências<sup>24</sup>. Essa análise confirmou os problemas já enunciados neste domínio, revelando uma percentagem elevada de falhas no cumprimento dos normativos e padrões no campo do desenho de página. Por conseguinte, e apesar dos aspectos positivos, poderia ser feito algum esforço adicional nesta área. Embora elas sejam, até certo ponto, muito importantes, convém ter presente que o não cumprimento das normas e regras de usabilidade e acessibilidade não constitui, necessariamente, uma falha grave. Isso porque, não raras vezes, o seguimento cego dessas normas

<sup>22</sup> Obteve uma pontuação de 5.2 numa escala de 10 valores.

<sup>23</sup> Observações sobre a análise Silktide: *Aspectos positivos* – O sítio e o servidor são bastante rápidos e eficazes a responder, obtendo resultados excelentes. No teste efectuada o sítio respondeu em 0.22 segundos e a página de entrada foi descarregada em 0.66 segundos. Possui uma média muito satisfatória de 18.4 imagens por página. O sítio aparece bem posicionado na hierarquia de páginas do Google. *Aspectos menos positivos* – Número de sítios reduzido a ligar ao site, tornando-o um pouco difícil de encontrar. Número de visitantes moderado. O sítio viola as W3C Web Content Accessibility Guidelines e o British Disability Discrimination Act e não está em concordância com algumas normas de acessibilidade para pessoas com deficiências (foram detectados 1707 erros em 5 páginas). O sítio utiliza um *layout* com base em tabelas (*table-based layout*) em todas as páginas, tirando pouco partido de folhas de estilo (CSS). Todas as páginas possuem a mesma titulação, sem especificação.

<sup>24</sup> Neste domínio destacam-se duas ferramentas. O Functional Accessibility Evaluator v.0.8.7a (FAE) (<http://fae.cita.uiuc.edu>) da University of Illinois at Urbana-Champaign e o EvalAccess 2.0 (<http://supt07.si.ehu.es/evalaccess2>) do Laboratory of Human-Computer Interaction for Special Needs. Utilizaram-se, ainda, os testes de validação W3C para HTML/XHTML (<http://validator.w3.org/>), folhas de estilo CSS (<http://jigsaw.w3.org/css-validator/>) e ligações (<http://validator.w3.org/checklink>).

é muito restritivo quanto ao uso de determinadas tecnologias<sup>25</sup>.

Apesar de ser razoável, a navegabilidade é também uma área onde poderia ser feito algum aperfeiçoamento. Nesse campo, destacam-se dois aspectos. Em primeiro lugar, a macro-estrutura do sítio não é imediatamente perceptível na barra de navegação e, em segundo lugar, o mapa do sítio não contém ligações para as páginas que enuncia.

Em suma, embora de um ponto de vista técnico o sítio seja satisfatório, existem algumas áreas que poderiam ser alvo de um maior investimento. Tanto a nível da divulgação, como em termos de usabilidade e acessibilidade, existe uma margem de progressão assinalável. Ainda assim, em termos dos resultados obtidos ao nível do inquérito lançado junto dos projectos, o grau de satisfação face à usabilidade e acessibilidade do website do Programa encontra-se, em termos médios, a um nível satisfatório<sup>26</sup>.

Ao nível das tecnologias utilizadas é notório o investimento em tecnologias de código livre, aberto e de baixo custo. Com efeito, os diferentes elementos do sistema de informação recorrem a esse tipo de tecnologias<sup>27</sup>. Essa solução parece ser particularmente adequada à realidade do Programa e dos projectos, na medida em que se tratam de tecnologias mais adaptáveis e sustentáveis do que sistemas proprietários idênticos ou aproximados.

Dados os objectivos declarados do sistema de informação e a sua concretização, poderia ser interessante a mobilização de algumas tecnologias não utilizadas de forma mais generalizada, até à data. Por exemplo, ao nível da interactividade, seria interessante a implementação de espaços de interacção síncrona (como salas de conversação) e/ou assíncrona (como fóruns ou sistemas de comentários). Isso permitiria incrementar a comuni-

cação interprojectos. Ao nível da comunicação interna (quer entre os projectos; quer dentro da equipa técnica do Programa) a implementação de espaços reservados (como intranets ou extranets<sup>28</sup>) poderia permitir um incremento na partilha de informação e recursos<sup>29</sup>. E, por último, um investimento ao nível da sindicância de conteúdos. A sindicância consiste na possibilidade de um espaço difundir conteúdos, possibilitando a sua leitura por meio de agregadores de notícias ou disponibilização automática por outras organizações<sup>30</sup>.

Aferir a adequabilidade do website do Programa remete, ainda, para a compreensão do grau em que este mostra estar concebido a pensar nos seus destinatários. A este respeito constata-se uma dificuldade presente na heterogeneidade desse grupo-alvo – ou na existência de diferentes grupos-alvo simultâneos. O website dirige-se aos destinatários do Programa; às equipas técnicas dos projectos; e, por último, às comunidades e público em geral. Ou seja, ele almeja chegar simultaneamente a uma audiência técnica altamente especializada e qualificada e a crianças e jovens com escassos recursos escolares. A indefinição dessa audiência potencial não permite uma análise mais rigorosa da adequação do website, problema que já não se coloca nos casos da plataforma de elearning (com um público-alvo mais circunscrito) e da AGIL (com um público-alvo e objectivos mais definidos).

## Apontamento final

A qualidade global do Programa colocou, naturalmente, um desafio adicional à avaliação externa. Um processo de avaliação intenso e heterogéneo resultou num elevado número de questões e interrogações relativamente ao seu objecto de avaliação.

<sup>25</sup> Refiram-se, a título de ilustração, dhtml, javascript, flash, etc. O cumprimento cabal das normas de usabilidade remete, quase invariavelmente, para a simplicidade e frugalidade. Implica, muitas vezes, o despojamento de elementos e dispositivos mais complexos. Daí que seja importante encontrar um equilíbrio entre a simplicidade e a utilização desses elementos. Se muitos autores e profissionais na área do webdesign preconizam o seguimento da regra KISS (acrónimo de “Keep It Simple, Stupid!”), para outros isso pode conduzir a outros problemas. Segundo argumentam, de forma algo humorística, “KISS leads to LOVE” (acrónimo de “Leave Out Virtually Everything”).

<sup>26</sup> Média do grau de satisfação face à simplicidade de utilização e facilidade de navegação = 4,00 (Satisfatório); Média do grau de satisfação face à acessibilidade da informação = 4,05

<sup>27</sup> O website do Programa recorre ao sistema de gestão de conteúdos (CMS) PHP-Nuke. A plataforma de formação utilizada (LMS/LCMS) trata-se de uma implementação do Moodle. E, por fim, a AGIL foi construída em linguagem PHP com recurso a bases de dados MySQL.

<sup>28</sup> Uma intranet consiste num espaço em linha reservado, apenas acessível a pessoas autorizadas dentro de um grupo ou organização. Falamos de extranets quando estamos perante espaços em que existe um acesso com restrições para pessoas ou organizações exteriores.

<sup>29</sup> Os dados obtidos através do processo de inquirição indicam que em termos médios, as equipas técnicas e parceiros de consórcio, consideraram o grau de interactividade do website razoável (média = 3,37).

<sup>30</sup> A sindicância dá-se através, por exemplo, das chamadas *newsfeeds* (quando os conteúdos difundidos são consistem em texto) ou de *podcasts* (quando se trata de conteúdos áudio e/ou vídeo). EM ambos os casos, recorre-se à tecnologia RSS e utiliza-se a linguagem XML.

O processo avaliativo foi, ao longo do tempo de vida do Programa, assumindo uma atitude que não se limitou a uma avaliação sumativa, tendo procurado – na medida do possível – encetar um processo que articulasse uma componente sumativa (chegar a um conjunto de conclusões sobre o Programa) e uma componente formativa (ir contribuindo para um processo de aprendizagem e para a implementação de correcções), típica de uma avaliação in-curso ou on-going. Procurou-se produzir uma reflexão empiricamente informada sobre as diferentes questões em avaliação, com o intuito de promover uma discussão sustentada e em diálogo com os projectos e a equipa do Programa.

De acordo com Chen: “*Feedback is what program evaluation is all about. Programs need*

*information to gauge whether inputs are adequate and organized, interventions are implemented appropriately, target groups are reached, and clients receive quality services, and outputs demonstrate the attainment of goals and meeting of funding agencies’ and decision makers’ expectations. Without feedback, a system flies blind and is bound to deteriorate and eventually die. Without insightful program evaluation, programs fail.*” (Chen, 2004: 5). O trabalho de avaliação que alimentou o presente artigo procurou dar o contributo possível para esse processo. Um processo tanto mais confiante quanto souber os caminhos que deve trilhar bem como os que deve evitar. Também para escolher é preciso saber e poder...

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, João F. et al., (1994), *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- BOAZ, A. e C. Hayden (2002), *Pro-active Evaluators: Enabling Research to Be*.
- Capucha, Luís, (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta Editora.
- CET (2004), *Relatório Final de Avaliação Externa do Programa Escolhas*, Lisboa.
- CET (2006), *Relatório de avaliação de Implementação I Escolhas 2.ª Geração*, Lisboa.
- CET (2007), *Relatório Final de Avaliação Externa do Programa Escolhas 2.ª Geração*, Lisboa, disponível em: <http://www.programaescolhas.pt>.
- CHEN, Huey Tsyh (2004), *Practical Program Evaluation: Assessing and Improving Planning, Implementation, and Effectiveness*, Londres: Sage Publications.
- CHRISTENSON, Pia e Alan Prout (2002), “Working with Ethical Symmetry in Social Research with Children”, *Childhood*, 9 (4): 477-497.
- COSTA, Alfredo B. (2002), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva Publicações / Fundação Mário Soares.
- COSTA, Alfredo B. (1985), *A Pobreza em Portugal*, Coleção Caritas, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- vDARBYSHIRE, Philip, Colin MacDougall e Wendy Schiller (2005), “Multiple methods in qualitative research with children: more insight or just more?”, *Qualitative Research*, 5 (4): 417-436.
- DUARTE, Isabel, Luís Soares, João Nogueira, Cristina Roldão (2005), “A Participação de Crianças e Jovens em Processos de Avaliação - Reflexões, Observações, Recursos”, in *Cidades - Comunidades e Territórios*, n.º 11, 2005, pp. 137-143.
- EDWARDS, Michael (1996), “Institutionalising Children’s Participation in Development”, *PLA Notes*, 25 (11): 47-51.
- ESTIVILL, Jordi (2003), *Panorama da Luta Contra a Exclusão Social: Conceitos e Estratégias*, Genebra: Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- FEINSTEIN, Osvaldo N. (2002), “Use of Evaluations and the Evaluation of their Use”, *Evaluation*, Vol. 8, n.º 4, pp. 440-453.
- FRASER, Sandy, Vicky Lewis, Sharon Ding, Mary Kellett e Chris Robinson (eds.) (2004), *Doing Research with Children and Young People*, Londres: Sage Publications/Open University.
- HARDEN, J., S. Scott, K. Backett-Milburn e S. Jackson (2000), “Can’t Talk, Won’t Talk?: Methodological Issues in Researching Children”, *Sociological Research Online*, 5(2).
- Instituto da Segurança Social (2005), *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*, Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- KIRBY, Perpetua e Sara Bryson (2002), *Measuring the Magic? Evaluating and researching young people’s participation in public decision making*, Londres: Carnegie Young People Initiative.
- MATOS, Madalena, Isabel Duarte et al., (2003), *Identificação de riscos educativos no ensino básico*, Lisboa, Conselho Nacional de Educação (CNE).
- PROGRAMA ESCOLHAS (2006), *Escolhas: Diversidade em Acção*, Lisboa: Programa Escolhas 2.ª Geração.
- PUNCH, Samantha (2002), “Research With Children: The Same or Different From Research With Adults?”, *Childhood*, 9(3): 321-341.
- TAVISTOCK INSTITUTE (2003), *The Guide: The Evaluation of Socio-Economic Development*, Tavistock Institute/ GHK/ IRS.
- VEDUNG, Evert (2000), *Public Policy and Program Evaluation*, New Brunswick: Transaction Publishers.
- Valovirta, Ville (2002), “Evaluation Utilization as Argumentation”, *Evaluation*, Vol. 8, n.º 1, pp. 60-80.